



AS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE COMUNIDADES INTENCIONAIS E RURALIDADES: NOTAS EXPLORATÓRIAS

BRAZILIAN RESEARCH ABOUT INTENTIONAL COMMUNITIES AND RURALITIES: EXPLORATORY NOTES

José Marcos Froehlich. Professor do Departamento e do PPG em Extensão Rural e PPG em Ciências Sociais – UFSM; E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com

Rafael Medeiros. Doutorando no PPG em Comunicação – UFSM; E-mail: rfmedeiros13@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

As comunidades intencionais podem ser definidas sinteticamente como assentamentos humanos, compostos por pessoas com propósitos e ideologias em comum, que por isso escolheram viver juntas. Recentemente estes grupos tem despertado crescente interesse em âmbito acadêmico, principalmente por sua frequente vinculação com o tema da sustentabilidade. Assim, este trabalho procurou mapear as pesquisas já realizadas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros abordando as comunidades intencionais no século XXI, buscando elementos para estabelecer uma tipologia e suas relações com território rurais. A pesquisa foi de caráter bibliográfico, mediante busca indiciária no repositório institucional constituído pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados iniciais apontam para um significativo crescimento das pesquisas sobre comunidades intencionais nos últimos anos em todas as regiões do país e em várias áreas do conhecimento. Embora muitas das comunidades intencionais se localizem em áreas rurais, praticamente não há estudos sistemáticos sobre essas experiências e suas relações com o tema das ruralidades contemporâneas.

Palavras-chave: comunidades intencionais; ecovilas; comunidades alternativas; sustentabilidade; novas ruralidades.

Abstract

Intentional communities can be briefly defined as human settlements composed of people who have common purposes and ideologies, so they choose to live together. The researches involving these groups can be considered recent, since they have been developed only in the last two decades in the stricto sensu Brazilian post graduate programs. Despite this, its multiple characteristics make the theme a field rich in analytical possibilities for different areas of knowledge. Given this, this article seeks to map the research already carried out involving intentional communities as a way of pointing out gaps that can be filled in later studies on the subject. The results point to an increase in research on intentional communities in recent years in all regions of the country. Among the gaps identified is precisely the lack of research that touches these groups and issues in the rural world.

Key words: intentional communities; ecovillages; alternative communities; sustainability; new ruralities.



1. Introdução

As pesquisas que tratam das temáticas que envolvem as comunidades intencionais são de trajetória recente e de abrangência ainda limitada dentro dos programas de pós-graduação brasileiros. Dessa forma, o presente artigo tem caráter exploratório e o objetivo de mapear essas produções, buscando perceber e discutir as diferentes abordagens sobre as origens das comunidades intencionais, a multiplicidade de seus tipos e estruturas, as relações sociais dos grupos internamente e com o seu ambiente social e natural, além dos seus sistemas produtivos e associativos.

Não há uma definição única que alcance todos os pormenores das comunidades intencionais, mas de maneira geral, elas podem ser identificadas como assentamentos humanos, urbanos ou rurais, formados por pessoas com propósitos e ideologias em comum. A multiplicidade de características desses grupos dificulta uma segmentação tipológica, entretanto, algumas caracterizações iniciais têm sido feitas e foram apropriadas neste trabalho como forma de englobar o tipo específico das ecovilas, que são comunidades intencionais majoritariamente rurais e com ideologia balizada por questões ambientais e de sustentabilidade.

No processo de construção de uma pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM com o objetivo de compreender as implicações dos usos da mídia na migração de jovens de classe média para comunidades intencionais rurais, foi possível perceber a inexistência de trabalhos de revisão bibliográfica que agreguem a produção de conhecimento sobre as comunidades intencionais. Este levantamento possibilita apontar lacunas e operacionalizar a pesquisa em andamento e também servir como base para outras pesquisas sobre o tema.

As pesquisas de caráter bibliográfico, também denominadas como pesquisas de “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, têm como objetivo mapear e discutir a produção acadêmica sobre determinado tema em variados campos do conhecimento. De acordo com Leite e Costa (2006, p. 218), os repositórios institucionais são ferramentas adequadas para os processos de comunicação científica, maximizando “a criação, o compartilhamento, a disseminação e o uso do conhecimento científico”. Dessa forma, a pesquisa realizada se utilizou dos repositórios institucionais para buscar teses e dissertações que tratavam de comunidades intencionais.

Seguindo a orientação metodológica de Ferreira (2002) para pesquisas de “estado da arte”, a primeira etapa realizada foi o mapeamento dessa produção, coletando dados de indexação como os anos de publicação, as áreas de conhecimento, os locais de realização, as palavras-chave e as temáticas específicas dentro do fenômeno maior que, nesse caso, são as comunidades intencionais. A segunda etapa realizada foi inventariar o material mapeado, “imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento.” (FERREIRA, 2002, p. 265). É preciso ressaltar que se trata de pesquisa com resultados ainda iniciais, mas que se baseia em um corpus consistente que oferece um panorama amplo sobre o estado atual das pesquisas sobre comunidades intencionais.

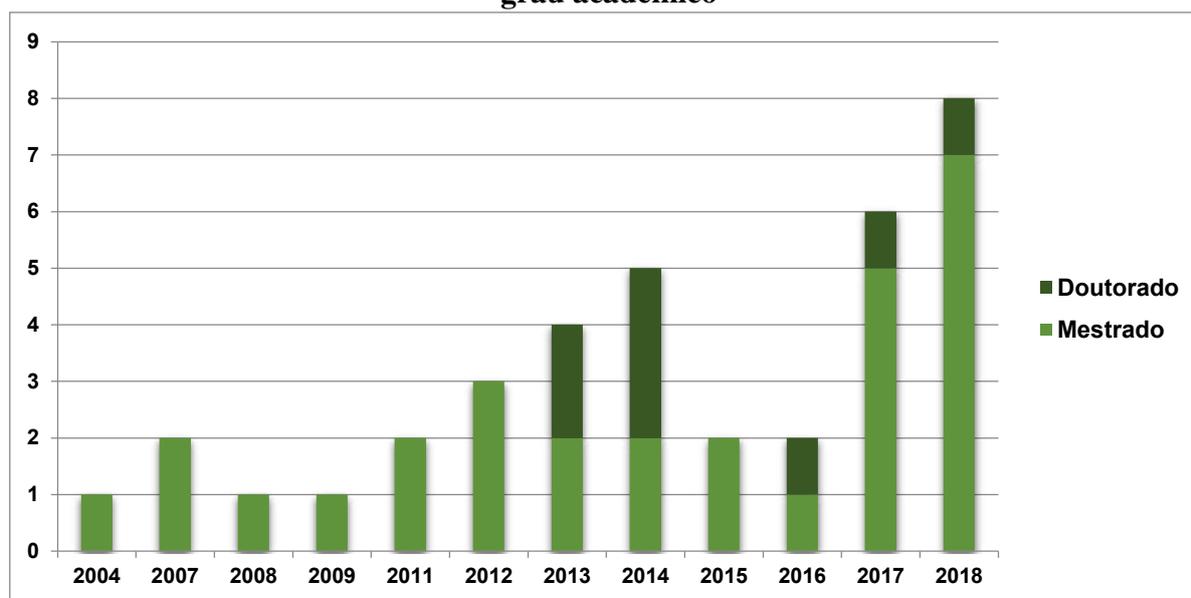


2. Cartografando as pesquisas brasileiras sobre comunidades intencionais

Em uma busca indiciária no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, sem delimitação de área do conhecimento, foram localizadas apenas oito dissertações e três teses indexadas na plataforma com a chave “comunidades intencionais”. Em uma segunda pesquisa, mais ampla, realizada por meio de buscadores acadêmicos, somaram-se ao corpus inicial cinco teses e vinte e uma dissertações. Essas pesquisas serão tomadas aqui como base para problematizações que agrupam um referencial bibliográfico ampliado dentro das temáticas de interesse que foram explicitadas anteriormente.

Embora sejam de vida recente, as pesquisas sobre comunidades intencionais ou que têm como objeto empírico esses grupos estão crescendo anualmente nos programas de pós-graduação brasileiros. Com as métricas especificadas neste trabalho¹, a primeira pesquisa encontrada que usou o termo foi uma dissertação feita em 2004 e, por mais que o crescimento no número de trabalhos não tenha sido contínuo, é representativo desse aumento, já que entre o primeiro ano (2004) e o último (2018), o número de publicações foi oito vezes maior, conforme indica o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Evolução das pesquisas brasileiras sobre comunidades intencionais por ano e grau acadêmico



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2020).

Esse acréscimo das pesquisas sobre comunidades intencionais no Brasil pode ter como explicações o aumento desses grupos no Brasil, algo que é difícil precisar, e o crescimento dos programas de pós-graduação brasileiros entre 2013 e 2017 (CAPES, 2017). Outro indicador que aponta isso é a diversidade dos programas de pós-graduação a que os trabalhos se vinculam, tendo sido mapeadas pesquisas realizadas em 32 programas diferentes

¹ Arruda (2018) fez uma pesquisa de estado da arte especificamente para ecovilas e citou uma dissertação defendida em 2000 e outra em 2002. Esses trabalhos não entram no escopo deste artigo porque não usam o termo “comunidades intencionais” e não estão disponíveis em repositórios.



localizados em 23 universidades de todas as regiões brasileiras – FGV (1), FURG (1), PUC Rio (1), PUC-RS (2), PUC-SP (1), PUC Campinas (1), UESC (1), UFBA (1), UFC (1), UFRGS (1), UFRJ (4), UFRN (1), UFSC (2), UFSCar (2), UFV (2), UnB (3), UNESC (1), Unicamp (2), UNIFACS (1), UNIP (1), UNIR (1), Unisinos (1), USP (3) e UTFPR (2). O quadro a seguir, inspirado em segmentação proposta por Arruda (2018), pormenoriza as áreas do conhecimento que acolhem as pesquisas.

Quadro 1 – Relação dos trabalhos mapeados por área do conhecimento

Ciências ambientais e tecnologias	
Desenvolvimento sustentável/ambiental	6
Engenharia civil/urbana/tecnologia	4
Arquitetura e Urbanismo	4
Geografia	3
Ciências	2
Total	19
Ciências sociais e humanidades	
Administração	5
Psicologia	3
Ciências Sociais	2
Educação	2
Antropologia	2
Serviço Social	1
Economia Doméstica	1
Filosofia	1
Total	17
Ciências da saúde	
Enfermagem	1
Total	1

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2020).

Um dado que cabe ressaltar neste trabalho é o não mapeamento de pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação da área de Ciências Rurais, demonstrando uma lacuna importante nos estudos que relacionam comunidades intencionais em espaços rurais, suas possíveis interseções com comunidades tradicionais, modos de produção e plantio, uso sustentável do solo e dos recursos hídricos, entre outras circunstâncias que podem ser investigadas.

As palavras-chave são importantes enquanto indexadores porque facilitam a busca por pesquisas de temáticas específicas e servem como ferramentas de representação (PINTO, 2003) das informações tratadas em determinado texto acadêmico. No levantamento ora



anarquista francês do início do século XX, ou de comunidades arcaicas, religiosas e anti-guerra estabelecidas na década de 1940 (STUPPIA, 2020).

No entanto, os movimentos emancipatórios e contestatórios surgidos a partir da década de 1960 são colocados como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento de comunidades intencionais, em um fenômeno capitalizado por jovens de classe média insatisfeitos com o sistema cultural, político, econômico e educacional. Dois grandes marcos dessas experiências contraculturais⁵ que inauguraram uma primeira onda de retorno ao campo foram as revoltas francesas, sobretudo no mês de maio de 1968, e o movimento *hippie* em meados da década de 1960. Esses grupos tinham “um compromisso ecológico radical porque tentaram, voltando à natureza, mostrar ao resto da sociedade a possibilidade concreta de construir relações alternativas entre os próprios humanos e entre os humanos e o resto do sistema ecológico” (STUPPIA, 2020, p. 70, tradução nossa⁶).

O emblema do surgimento do movimento contracultural no Brasil foram as comunidades *hippies* da década de 1970 que, embora fossem avessas ao modelo desenvolvimentista e às lógicas econômicas e políticas então vigentes, assumiram um papel menos contestatório e mais baseados na livre expressão (SANTOS JR., 2016). De acordo com Viola (1987), as comunidades alternativas que se instalaram no meio rural foram formadas por jovens provenientes das maiores regiões metropolitanas brasileiras da época, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Esses jovens buscavam “um novo modo de vida, um novo cotidiano, longe dos efeitos predatórios e egoístas gerados pelas cidades” (VIOLA, 1987, p. 28). Com o surgimento do movimento ecológico no final dos anos 1970, as comunidades alternativas já existentes passaram a ter uma mirada também para as questões ambientais.

A expansão dos grupos fez com que muitas comunidades se articulassem para formar a Associação Brasileira de Comunidades Autossustentáveis (ABRASCA), entidade para “congregar as *comunidades alternativas* brasileiras com o objetivo de catalogá-las, editar boletins, facilitar a troca de sementes, promover eventos e divulgar o movimento de comunidades no Brasil” (SIQUEIRA, 2012, p. 91, grifos no original), além de orientar as pessoas que queriam deixar as cidades em busca de um novo estilo de vida no campo (TAVARES, 1985).

As comunidades alternativas que foram surgindo a partir de então em diversas partes do país já eram criadas com essa visão de conservação ambiental e uso consciente dos recursos naturais. Entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, várias comunidades intencionais adotaram as questões conservacionistas como principal vetor ideológico, gerando, mobilizando e difundindo tecnologias sustentáveis com vistas a uma vivência harmoniosa com o meio ambiente, tais como a bioarquitetura, a permacultura, a agroecologia e sistemas de reaproveitamento de água. Atualmente, ainda que dado grupo não se reconheça como ecovila, os referenciais ambientalistas estão presentes nas comunidades intencionais de maneira geral. No tópico a seguir são discutidas as conceituações de

⁵ “O termo “contracultura” foi cunhado por Roszak (1969) para fazer referência ao florescimento de manifestações culturais que, embora diversas nas suas contestações e métodos de ação, em conjunto representavam um quadro de insatisfação, sobretudo das camadas jovens da população, e de oposição política que colocou em questão as instituições fundamentais da sociedade ocidental capitalista nos anos 1960-70” (ARRUDA, 2018, p. 60).

⁶ No original: they tried, going-back to the nature, to show the rest of the society the concrete possibility of building alternative relations between the humans themselves and between the humans and the rest of the-eco system



comunidades intencionais e as dificuldades em propor uma segmentação abrangente de acordo com suas características específicas.

3. Comunidades intencionais: definições e tipologia

No levantamento bibliográfico feito para este artigo foi possível perceber que as definições mais robustas para comunidades intencionais são sinalizadas com base em significados etimológicos do conceito de comunidade, buscadas na raiz latina da palavra *communitas*, que por sua vez é composta dos radicais *cum* (com) e *munus* (dever). O filósofo italiano Roberto Espósito (2007, p. 28-29), explica que o radical *cum* faz referência à existência partilhada com o outro, um vínculo, enquanto *munus* referencia uma ideia de reciprocidade, de doação, ou de um compromisso, no mesmo sentido que coloca Sodré ao afirmar que “a comunidade não é simplesmente agregação, a junção de pessoas. É o laço atrativo. E esse laço é atrativo, é a obrigação simbólica originária, que faz nascendo uma dívida simbólica com o grupo social” (SODRÉ, 2001, p. 1). Como destaca Yamamoto, Espósito define comunidade, em sentido estrito, como um “fenômeno vincutivo humano e não absolutamente como formação histórico-social particular” (YAMAMOTO, 2014, p. 441). As comunidades intencionais ajudam a clarificar essa definição que vai de encontro às conceituações mais tradicionais de comunidade enquanto propriedade ou pertencimento (no sentido de posse) e não partilha, “muito mais uma instância de reafirmação dos sujeitos do que de dessubjetivação coletiva” (*id. ibid.*).

Entretanto, na maioria dos trabalhos verificados, são apropriadas definições ordinárias de comunidades intencionais que, de maneira geral, se abreviam a mencionar que são grupos de pessoas que têm um propósito comum e por isso escolheram viver juntas. No corpus verificado, também existem pesquisas nas quais o conceito não tem uma definição clara e os autores se furtam a mencioná-lo, ou ainda pesquisas onde o conceito é entendido como sinônimo de “comunidades alternativas”, “comunidades”, “comunidades aquarianas”, “comunidades sustentáveis”, “comunidades utópicas” ou “contraculturas espaciais”⁷. Essas nomenclaturas são difusas e não existe consenso na literatura sobre o tema; entretanto, alguns pesquisadores buscam características comuns para segmentar e sistematizar os diversos tipos de assentamentos humanos nesta seara.

Em uma investigação ampla, os geógrafos holandeses Louise Meijering, Paulus Huigen e Bettina Van Hoven mapearam e criaram um banco de dados com 1.023 comunidades intencionais da Europa, América do Norte e Oceania que, de acordo com suas características econômicas (instalações, autossuficiência), sociais (atividades, contato social), ideológicas e de localização (urbana ou rural), foram segmentadas em quatro tipos: religiosas, ecológicas, comunais e práticas (MEIJRING, HUIGEN, VAN HOVEN, 2007). Contrapondo o trabalho dos europeus com referenciais brasileiros, Ronsini (2019) adaptou essa classificação aproximando a categoria de comunidades intencionais ecológicas às ecovilas e a de comunidades intencionais comunais às comunidades alternativas. Dessa forma, à luz da segmentação proposta com base nos quatro critérios (econômico, social, ideológico, localização), adaptadas para as comunidades intencionais já mapeadas na bibliografia aqui

⁷ Não cabe aqui fazer qualquer juízo valorativo, entendendo que os enfoques dados nos trabalhos correspondem às conjecturas de suas áreas acadêmicas e que em muitos deles a perspectiva se voltou exclusivamente ao tipo específico de comunidade usada como aporte empírico ou experimental, como as ecovilas.



consultada, o quadro a seguir indica as características básicas que foram levadas em conta na construção dessa classificação.

Quadro 2 – Segmentação e características das comunidades intencionais

Tipo	Localização	Ideologia	Economia	Social
Religiosas	Variável	Religiosa	Instalações básicas	Atividades comunais Contato interno
Ecovilas	Rural – remota	Ecologia	Autossustentável Turismo ecológico	Contato externo
Alternativas	Rural – vilas	Comunal	Instalações básicas	Contato interno Aversão às tecnologias
Práticas	(Sub)urbana	Mutuação	Trabalho fora da comunidade	Mídia; contato externo

Fonte: Adaptado de Meijring, Huigen e Van Hoven (2007), com dados de Siqueira (2012).

Essa designação proposta pode representar um guia inicial para futuras pesquisas que se disponham a mapear, agrupar e classificar as comunidades intencionais, porém é preciso ressaltar que as variáveis são generalistas e algumas dessas características podem não se aplicar a um grupo ou outro. As próximas linhas tratam, de maneira geral e com base no referencial bibliográfico consultado, as principais características que distinguem esses tipos de comunidades intencionais.

Comunidades do tipo **práticas** foram o foco de duas dissertações analisadas no escopo deste trabalho. Uma delas apresenta resultados de um projeto de construção de um assentamento que tem características inter cruzadas com a tipologia de ecovilas, mas é mais voltada para o desenvolvimento econômico dos membros e da região (sub)urbana onde foi instalada e para a qualidade de vida de pessoas que desejam ter um envelhecimento ativo, fora de grandes centros urbanos⁸ (HOLZ, 2018). A segunda pesquisa trata das comunidades conhecidas como *cohousings*, que são tipos de condomínios localizados nas áreas urbanas onde os moradores têm unidades habitacionais individuais e compartilham alguns espaços entre si, como refeitórios, lavanderias, áreas de lazer, hortas e veículos de transporte com o objetivo de diminuir as despesas e também desenvolver o contato social e ajuda mútua principalmente entre pessoas idosas, que são a maioria dos indivíduos que buscam esse tipo de moradia (PICELLI, 2018). Diferentemente do que acontece na Europa e Estados Unidos, onde as comunidades práticas são as mais difundidas, existindo já há mais de sessenta anos, constituindo a maior parte das comunidades intencionais⁹, no Brasil esse tipo de assentamento humano ainda é pouco conhecido e recorrente (*id. ibid.*).

Já as comunidades intencionais **religiosas** são mais difundidas no Brasil, têm localização variável, existindo tanto nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais, mas seu caráter espiritual e religioso, baseado em tradições e rituais muito específicos, faz com que elas tenham a tendência de não se articularem com outros grupos de ideologias diferentes ou mesmo atores externos (SIQUEIRA, 2012), dificultando também as pesquisas com esses

⁸ Embora seja descrita apenas como uma comunidade intencional, sem especificação, a localização no perímetro de um bairro de Sapiranga – RS e os objetivos do projeto permitem admitir essa tipologia.

⁹ Na pesquisa de Louise Meijering, Paulus Huigen e Bettina Van Hoven (2007), as comunidades práticas representam 32% do universo pesquisado.



grupos. A única dissertação mapeada com estudo empírico realizado em comunidades intencionais com ideologia religiosa confirma as características do quadro anterior para esse tipo. A pesquisa analisou a cerimônia do Santo Daime como catalisador das relações e do estilo de vida dos moradores de uma comunidade rural em Minas Gerais e, embora o lugar tenha também características de ecovila, a autora explicita que a religião “northeastern o estilo de vida dos moradores por reforçar a ideia de união, comunidade e da preservação do ambiente” (CASTRO, 2014). As pessoas que vivem nessas comunidades criam seus laços “por meio de “rituais” comunitários, como celebrações, serviços religiosos, reuniões espirituais, mas também refeições e trabalho comuns” (MEIJRING, HUIGEN, VAN HOVEN, 2007, p. 45, tradução nossa¹⁰).

Existem dois tipos de comunidades intencionais classificadas, de acordo com suas localizações, como rurais, as comunidades **alternativas** e as ecovilas. Algumas observações sobre as primeiras ocupam as próximas linhas, enquanto o último tópico deste artigo é dedicado às ecovilas em interseção com as novas formas de ruralidade. As características das comunidades alternativas e das ecovilas se confundem em diversos aspectos e alguns autores tratam as ecovilas como um formato complexificado e amadurecido das comunidades alternativas, já que o desenvolvimento de diferentes áreas do conhecimento possibilitou o acesso a tecnologias de comunicação e práticas como a permacultura e a bioconstrução (WEBER e FERRAZ, 2016; MACHADO, 2018). Também nesse sentido, Lucas (2006, p. 9) concorda que “o movimento das ecovilas originou-se quando a antiga ideia de vida comunitária intencional encontrou-se com o nascente movimento verde internacional nos 1960 e 1970”.

Entretanto, conforme estabelece Ronsini (2019, p. 11), “concretamente, além das formas de organização e da identificação das comunidades alternativas com a ideologia anarquista, as diferenças entre elas e as ecovilas incluem a classe de seus integrantes”, já que as ecovilas foram constituídas, com exceções, como movimentos de elite em formato “economicamente excludente e desengajado política e socialmente” (SIQUEIRA, 2012, p. 149). Outros trabalhos que compõem a presente revisão bibliográfica também fazem comparações nesse sentido, como a investigação de Moraes (2016) que analisa empiricamente uma ecovila e uma comunidade com ideologia anarquista. Outras pesquisas também encontram respostas em investigações empíricas realizadas em comunidades alternativas específicas (SANTOS, S., 2013; MATHEUS e SILVA, 2013) ou encontros dessas comunidades, como o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA)¹¹ (CARAVITA, 2012; SANTOS, A. C., 2012; FERREIRA NETO, 2017).

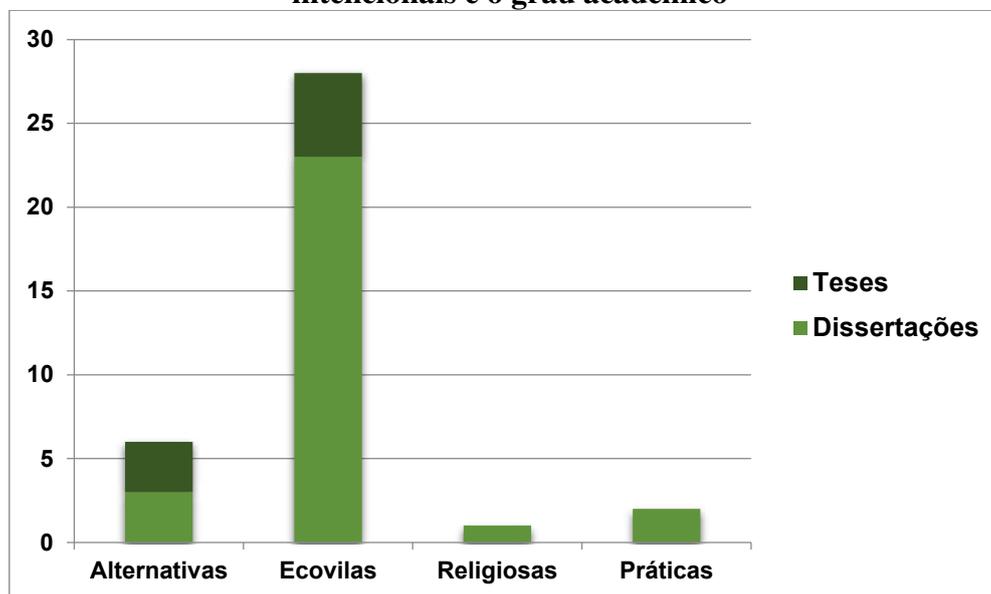
A heterogeneidade das comunidades intencionais, a multiplicidade de associações representativas e, em alguns casos, a pouca relação com o ambiente externo, são fatores que dificultam o mapeamento, a segmentação e até mesmo a quantificação desses grupos no Brasil. Sem embargo, todas as comunidades onde foram desenvolvidas as pesquisas empíricas dos trabalhos analisados se enquadram em algum desses tipos, conforme o gráfico que se segue:

¹⁰ No original: Sense of community, and a sense of home, are created between the members through communal ‘rituals’, such as celebrations, religious services, spiritual gatherings, but also common meals and work.

¹¹ Realizado pela primeira vez em 1978, o ENCA agrupa centenas de pessoas que vivem em comunidades no Brasil para intercâmbio de “diversas práticas e estilos de vida alternativos, servindo como polo aglutinador e difusor de tendências ecológicas” (FERREIRA NETO, 2017, p. 87).



Gráfico 2 – Trabalhos analisados de acordo com a categorização das comunidades intencionais e o grau acadêmico



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa (2020)

No corpus que compõe este trabalho, foram localizados três estudos recentes que buscam fazer algum tipo de mapeamento dessas comunidades (dentro dos interesses de cada pesquisador). Em sua pesquisa de mestrado, Ferreira Neto (2017) mapeou 100 grupos e institutos de permacultura¹². Arruda (2018) fez um levantamento abrangente em estudos já concluídos sobre ecovilas e localizou 195 comunidades. Já Siqueira (2012) listou 99 comunidades intencionais que são referenciadas em diretórios de associações. Embora destaque a existência de mais de 300 comunidades intencionais no Brasil, o autor reforça a dificuldade de encontrar dados sobre todos os grupos.

Ao lado das poucas comunidades intencionais do tipo práticas, as ecovilas são as mais abertas ao contato externo e às tecnologias de comunicação, além de mais receptivas a visitantes. Também por isso têm atraído recentemente mais pesquisadores com interesse em estudar os múltiplos contextos geográficos, políticos, administrativos, sociais, educacionais, midiáticos, psicológicos, entre tantas outras possibilidades. Uma dessas possibilidades pouco exploradas é o foco sobre os entrecruzamentos entre as comunidades intencionais e as novas formas de ruralidade¹³. Por isso, os próximos parágrafos são dedicados a abordar, dentro de dado referencial bibliográfico, essas conexões.

¹² Cabe ressaltar que, ainda que o uso das práticas permaculturais possa abranger não só moradores de comunidades intencionais, o autor afirma que esses espaços são terrenos férteis para as atividades permaculturais (FERREIRA NETO, 2017, p. 87) e a maioria dos grupos formam comunidades intencionais.

¹³ Apenas um trabalho entre os mapeados discute alguma associação nesse sentido, discutindo a “agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural” (JACINTHO, 2007).



4. Ecovilas e comunidades intencionais como expressões de novas ruralidades

Os impactos do desenvolvimento mediados e constituídos pelas tecnologias, o caráter predatório do capitalismo brasileiro, as crescentes desigualdades sociais, étnicas e regionais, a “ressaca informacional”¹⁴ e a transição para uma sociedade hiperconsumidora (LIPOVETSKY, 2007) provocam múltiplas e profundas mediações que têm afetado mais uma vez as identidades, as formas de sociabilidade e as visões de mundo das pessoas, sobretudo dos jovens. Os problemas ambientais, a escalada da violência e o crescimento das cidades também modificam as relações sociais e os agenciamentos relacionais entre as pessoas e seus territórios, no sentido que o reconhecimento intersubjetivo, o sentimento de pertença, as relações de trabalho, os vínculos e laços sociais ficam comprometidos. Diante de todas essas crises, a busca por mudanças no cenário chega à escala migratória, quando pessoas deixam as cidades e vão em direção a zonas rurais em busca de um novo modo de vida, afetando também a dinâmica dessas regiões. Pensando nos novos contextos socioterritoriais das ruralidades, Froehlich (2015) explicita que

hoje já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre um espaço plural em que há diferentes formas de se afiliar ou se identificar a um território (produção, emprego, patrimônio, residência, residência secundária, lazer e turismo, etc.) (FROEHLICH, 2015, p. 49).

As identidades e os imaginários que colocavam o mundo rural como lugar essencialmente agrícola e como sinônimo de atraso, foram modificadas com a modernização e implantação de outras formas de agropecuária, a valorização de atividades rurais não agrícolas, como o turismo rural e a expansão de serviços como saneamento, educação e energia elétrica (SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA, 2002). Essas transformações e seus complexos desdobramentos foram nomeados de “novo rural”. Os novos assentamentos humanos, como as comunidades intencionais, também modificam os territórios rurais onde se inserem, principalmente no que compete a “integração ou a resistência desses grupos aos aspectos técnicos, econômicos, territoriais, educacionais, legais hegemônicos” (SANTOS JR., 2016, p. 307) nas relações com o ambiente social e natural existente em dada região.

Por uma escolha técnica ou em função da localização remota de várias comunidades intencionais, poucas pesquisas analisadas se preocuparam em buscar informações sobre as relações das comunidades intencionais com seu entorno. Na sua dissertação, Matheus e Silva (2013) verificou que a ecovila estudada empiricamente por ele em Goiás tem relações de proximidade com a vizinhança, contratando mão de obra local, participando de articulações em torno de eventuais questões locais e por meio de projetos de capacitação, parcerias e permutas com os moradores. Já a ecovila estudada por Bôlla (2012) em Minas Gerais também tem uma boa relação com os vizinhos, desenvolvendo projetos educativos e utilizando mão de obra local para serviços da comunidade. De maneira geral, “as ecovilas procuram manter sistemas justos de trocas (monetárias, de produtos/serviços, e também sociais/culturais) com as comunidades do entorno e com a sociedade onde estão inseridas” (CAVALCANTI, 2019, p. 2).

¹⁴ O termo deriva da expressão “ressaca da internet”, usada por Foletto (2018) para criticar os monopólios da internet, a falta de privacidade na rede e a sensação de estar o tempo todo conectado. Uma “ressaca informacional” vem do consumo desenfreado de notícias que chegam por todos os meios, a qualquer momento e em qualquer lugar.



Assim como as definições de comunidades intencionais não são homogêneas, as conceituações de ecovilas também são múltiplas porque nem todas as características são transponíveis de um grupo a outro, já que eles precisam se adaptar a realidades territoriais, demográficas, legais e financeiras. Na escassez ou falta de unanimidade das fontes, muitos trabalhos verificados usam conceituações da Global Ecovillage Network (GEN)¹⁵ que “designa ecovilas como comunidades urbanas ou rurais de pessoas esforçadas em desenvolver um ambiente social favorável causando o menor impacto possível à vida, à natureza” (BÔLLA, 2012, p. 87) ou ainda deixam essa conceituação sem resposta direta, apenas afirmando que “a definição de ecovila é ampla, permitindo tipos diferentes de comunidades e projetos a serem reconhecidos. Porque cada ecovila é projetada por pessoas que ali vivem, de acordo com sua visão, contexto, cultura e interesses, não há duas iguais” (GEN, 2017).

De maneira geral, as ecovilas são consideradas comunidades intencionais baseadas “na sustentabilidade, senso de comunidade, economia participativa e desenvolvimento humano em harmonia com a natureza” (RONSINI, 2019, p. 12). Nesse sentido, é necessária a caracterização da comunidade de maneira mais fidedigna e detalhada possível a fim de evitar conflitos no entendimento sobre o conceito ou sobre o grupo estudado. Arruda (2018) identificou casos de empreendimentos convencionais do setor imobiliário que tomaram para si o uso da palavra “ecovila”, como mera propaganda de apelo ecológico, mesmo não apresentando diferenças significativas com os condomínios urbanos típicos.

Formadas por pessoas que buscam possibilidades de sustento econômico, distanciamento do “capitalismo predatório”, fuga do cotidiano conturbado e poluído das cidades, reconhecimento intersubjetivo ou um novo estilo de vida, as ecovilas parecem encontrar nos territórios rurais um espaço apropriado para realizar seus anseios – conforme Arruda (2018), 81% das ecovilas brasileiras cadastradas em diretórios internacionais estão localizadas em áreas consideradas rurais.

5. Considerações finais

As trinta e sete pesquisas que fazem parte do escopo deste mapeamento inicial demonstram a multiplicidade de aspectos que podem ser compreendidos olhando para o universo das comunidades intencionais. Os trabalhos agrupados são de treze áreas do conhecimento distintas, incluindo enfermagem, engenharias e economia doméstica, esferas que poderiam ser desconsideradas em uma visão macro de lugar-comum das pesquisas acadêmicas. Voltando para as áreas de interesse dos autores, chama a atenção que não existem trabalhos vinculados à área da Extensão Rural ou da Comunicação, o que corrobora para a importância da pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PósCom) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A investigação, em fase inicial, busca olhar para os aspectos sociais que motivam os jovens a sair das cidades em busca de um novo modo de vida nas comunidades intencionais.

Os trabalhos foram realizados nas cinco regiões brasileiras demonstrando o espalhamento das comunidades intencionais, ainda que 18 dos 37 trabalhos sejam oriundos de Universidades localizadas no Sudeste. Não é possível afirmar a predominância de comunidades intencionais na região, já que esses estados concentram boa parte dos programas de pós-graduação do país. Em contrapartida, o primeiro trabalho realizado na região norte foi

¹⁵ A Global Ecovillage Network, ou Rede Global de Ecovilas, ou foi fundada em 1995 com o objetivo de aproximar ecovilas, auxiliar as comunidades filiadas e dar suporte para a formação de novos grupos (RAINHO, 2006). É considerada a maior rede mundial de ecovilas, reunindo grupos regionais e locais, inclusive no Brasil.



feito apenas em 2018, ano que apresentou o maior número de trabalhos sobre comunidades intencionais desde 2004, foram oito, contra sete do ano anterior e dois de 2016. A não regionalização dos trabalhos e esse aumento no número de defesas apontam para um crescente interesse acadêmico sobre o tema – o Grupo de Pesquisa Usos Sociais da Mídia, vinculado ao PósCom da UFSM, tem quatro pesquisadores desenvolvendo projetos com olhar para esses grupos.

Ademais, a partir das conjecturas tecidas aqui com base no referencial bibliográfico abordado, fica evidente que o fenômeno das comunidades intencionais tem sido mais uma das tantas transformações vivenciadas pelos territórios rurais do Brasil nas últimas décadas, que estão modificando as identidades, os modos de vida, os sistemas de produção e consumo, as organizações socioterritoriais, as relações de trabalho, as noções de tradição e modernidade, além de outras características inerentes às diferentes configurações regionais de um rural múltiplo como é o brasileiro.

É interesse dos autores, em investigações futuras, verificar como estão ocorrendo e também as características dos novos movimentos migratórios de jovens de classe média da cidade para o campo, motivados talvez por ideais de novas formas de (sobre)vivência econômica, de busca por se afastar de cotidianos considerados conturbados e/ou poluídos, de reconhecimento intersubjetivo, de um novo estilo de vida ou outros a se identificar no trabalho de pesquisa.

Referências

ARRUDA, Beatriz Martins. **O Fenômeno de Ecovilas no Brasil Contemporâneo**. 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2018.

BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. **Perspectivas da visão transdisciplinar holística e suas contribuições para a construção de uma sociedade ecológica: o caso da Ecovila Terra Una, Liberdade, MG**. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado) Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2012.

CARAVITA, Rodrigo Iamarino. **“Somos todos um”**: vida e imanência no movimento comunitário alternativo. 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

CASTRO, Ludimila Marinho. **O Santo Daime como catalisador das relações e do estilo de vida dos moradores de uma ecovila de Viçosa, MG**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

CAVALCANTI, Andrea Douat Loyola. O mal-estar do coletivo: uma análise sobre as liberdades individuais dentro de uma ecovila. *In: Pesquisas e práticas psicossociais*, São João del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-16, jun. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n2/15.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.



ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Trad. Carlo Rodolfo Molinari Marotto. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

FERREIRA NETO, Djalma Nery. **Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil**. 2017. 369 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2017.

FOLETTTO, Leonardo. Ressaca da Internet, espírito do tempo. *In: Baixa Cultura*, jul. 2018. Disponível em: <http://baixacultura.org/ressaca-da-internet-espírito-do-tempo/>. Acesso em: 27 maio 2020.

FROEHLICH, José Marcos. O rural múltiplo: a heterogeneidade social, a construção de identidades e as sociabilidades locais. *In: GUIMARÃES, G. et. al. O rural contemporâneo em debate*: temas emergentes e novas institucionalidades. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

GEN. Ecovilas. GEN, **Global Ecovillage Networks**, 2017. Disponível em: <http://ecovillage.org/about/gen/>. Acesso em: 29 maio 2020.

HOLZ, Leila Maria. **Comunidades intencionais: uma proposta de qualidade de vida para a maturidade**. 2018. 82 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Unisinos, São Leopoldo, RS, 2018.

JACINTHO, Cláudio Rocha dos Santos. **A Agroecologia, a Permacultura e o Paradigma Ecológico na Extensão Rural**: Uma Experiência no Assentamento Colônia I – Padre Bernardo - Goiás. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2007.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. *In: Perspectivas em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v. 11 n. 2, p. 206 -219, mai./ago. 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUCAS, Caroline. Foreword. *In: DAWSON, J. Ecovillages*: New Frontiers for Sustainability. Devon/UK: Green Books, 2006.

MACHADO, Matheus. **A comunidade dos clássicos e a nova comunidade: um estudo da organização de Ecovilas**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MATHEUS E SILVA, Luis Fernando de. **Ilusão concreta, utopia possível**: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul). 2013. 336 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.



MEIJERING, Louise; HUIGEN, Paulus ; VAN HOVEN, Bettina. Intentional communities in rural spaces. *In: Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 98, n. 1. 2007. pp. 42-52.

MORAES, Bruno Emílio. **Reflexões por uma educação ambiental desde baixo: o cotidiano das comunidades utópicas**. 2016. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2016.

PICELLI, Patricia. **Cohousing**: problemas e perspectivas de um sistema de moradia estimulador da prática sustentável baseado em vínculos colaborativos. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Construções Sustentáveis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PINTO, Maria. Abstracting/abstract adaptation to digital environments: research trends. *In: Journal of Documentation*, v. 59, n. 5, p. 581-608, 2003.

RAINHO, Lúcia Cristina da Silva. **As tecnologias ambientais nas ecovilas**: um exemplo de gestão da água. 2006. 314 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RONSINI, Veneza Mayora. Classes, comunidades intencionais e usos da mídia: esboço teórico para sua articulação. *In: Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Ana Cecília dos. **A arte de si**: uma análise da ascese nas comunidades alternativas. 2014. 146 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida. **A família transnacional da Nova Era e a globalização do ((amor)) em Alto Paraíso de Goiás, Brasil**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS JR., Severiano José dos. **Zelosamente habitando a Terra**: Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2016.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *In: Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.19; n.1 pp. 37-67. Jan-Abr. 2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795/4938>. Acesso em: 25 maio 2020.

SIQUEIRA, Gabriel de Mello Vianna. **Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas**: novas fronteiras do campo de estudos. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.



SODRÉ, Muniz. Objeto da comunicação é a vinculação social. Entrevista para Desireé Rabelo. *In: PCLA (UMESP)*, São Bernardo do Campo, v. 3, n. 1, dez. 2001.

STUPPIA, Paolo. The spreading of a counter-culture. *In: DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 67-76, fev. 2020.

TAVARES, Carlos A. P. **O que são comunidades alternativas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2012.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986). *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.3,v. 1, p. 5- 26, fevereiro 1987. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_01.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

WEBER, Beatriz Teixeira; FERRAZ, Giovan Sehn. A construção da alternativa: contracultura, movimento alternativo e ecovilas. *In: PLURA, Revista de Estudos de Religião da ABHR*, v. 7, n. 1, jan-jun, p. 405-438, 2016.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. O conceito de comunidade na Comunicação. *In: Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 438-458, maio-ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2014.2.17333>. Acesso em: 29 maio 2020.